



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDF
Concurso Público — Provimento da Titularidade
(Aplicação: 19/8/2001)

TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Nas questões de 1 a 50, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna **C**; itens **ERRADOS** na coluna **E**. Na Folha de Respostas, a marcação na coluna **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

À luz da Constituição da República e das normas infraconstitucionais, julgue os itens abaixo, relativos às competências e à atuação dos órgãos do Poder Judiciário e aos procedimentos processuais nesse âmbito.

- 1 Lei ordinária federal pode permitir que causas de competência da justiça federal sejam processadas e julgadas pela justiça estadual, no foro do domicílio do interessado, não sendo a comarca sede de vara do juízo federal, sem prejuízo de competir o recurso cabível ao tribunal regional federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.
- 2 Em se tratando de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, não é obrigatória a audiência do advogado-geral da União pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- 3 Compete ao STF processar e julgar causas ou conflitos estritamente patrimoniais entre estados e entidades da administração federal indireta, tais como autarquias dotadas de sede ou estrutura regional de representação nos territórios dos respectivos estados.
- 4 Proposta ação direta de inconstitucionalidade por omissão em face de lei que ofereça regulamentação parcial de determinada norma constitucional, é possível deferir-se medida cautelar para a suspensão liminar daquela regulamentação parcial em vigor.
- 5 A Constituição da República autoriza a instituição de reclamação junto aos tribunais de justiça e aos tribunais regionais federais para a preservação de sua competência e a garantia da autoridade de suas decisões.

QUESTÃO 2

Com relação ao processo legislativo e à eficácia das leis, julgue os itens que se seguem.

- 1 É dispensável a intervenção do Senado Federal para a suspensão da execução de lei declarada inconstitucional pelo STF em ação direta de inconstitucionalidade.
- 2 É facultada ao Poder Legislativo a fixação de prazo para que o chefe do Poder Executivo exerça seu poder de iniciativa privativa de projeto de lei.
- 3 A eficácia das leis interpretativas retroage à data da edição das leis por elas interpretadas.
- 4 A alteração meramente redacional que não modifique substancialmente nenhuma das disposições de projeto de lei realizada por uma das Casas do Congresso Nacional não impõe o retorno do referido projeto à outra Casa.
- 5 Ainda que vetado apenas parcialmente o projeto de lei, a lei dele decorrente somente será promulgada após a apreciação dos vetos pelo Poder Legislativo.

QUESTÃO 3

Julgue os seguintes itens, acerca das competências previstas na Constituição da República e nas normas infraconstitucionais.

- 1 A competência legislativa da União sobre direito do trabalho aplica-se às relações contratuais trabalhistas entre empregados e sociedades de economia mista estaduais.
- 2 É inconstitucional, por invadir a competência legislativa privativa federal, lei estadual que estabeleça idade mínima distinta daquela constante em lei federal para a condução de veículos automotores.
- 3 No âmbito da competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a aplicação da legislação estadual no que lhe for contrária.
- 4 Compete à União legislar privativamente sobre a organização judiciária do Distrito Federal (DF).
- 5 Ainda que inexista lei federal sobre normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, não pode lei estadual conceder isenção do pagamento de emolumentos relativos ao registro de atos constitutivos de entidades beneficentes de assistência social.

QUESTÃO 4

Determinado órgão público necessitando contratar a prestação de serviços de limpeza e conservação e, não se tratando de hipótese de dispensa ou inexigibilidade, realizou a correspondente licitação. Foi, portanto, publicado edital, convocando interessados; estes apresentaram suas propostas na licitação, e a administração escolheu aquela que, preenchidas as exigências constantes no instrumento convocatório, apresentou o menor preço. Vê-se que, nessa hipótese, a contratação da prestação de serviços decorreu de acordo de vontades. Por meio de contrato e em decorrência de seu acordo de vontades, as partes irão obrigar-se, uma para com a outra, ao cumprimento do que livremente pactuaram.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem, relacionados a contratos administrativos.

- 1 Caso o primeiro classificado na licitação seja convocado para assinar o contrato e não compareça, a administração poderá convocar os demais licitantes, por ordem de classificação, tendo como parâmetro para a assinatura do contrato a proposta que cada licitante tenha apresentado.
- 2 Somente será possível o reajuste do valor do contrato se, no edital e no próprio contrato, constar cláusula que expressamente indique os critérios para a adoção do referido reajuste, que, em qualquer caso, não poderá ocorrer em períodos inferiores a um ano.
- 3 Caso a licitação tenha sido realizada na modalidade de tomada de preços, será obrigatória a formalização do contrato por meio de termo contratual.
- 4 Tratando-se de ajuste regido por normas de direito administrativo, ainda que o contrato em exame cuidasse de direitos reais sobre imóveis, na sua formalização seria dispensável o instrumento lavrado em cartório de notas.
- 5 Se, durante a execução do contrato em exame, ocorrer circunstância previsível, porém de conseqüências incalculáveis, que afete a relação entre os encargos do contratado e a remuneração devida pela administração, poderá ser restabelecido, por ato unilateral da administração pública, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

QUESTÃO 5

João, aposentado no cargo de analista judiciário do STF, após aprovação em concurso público, foi admitido, no ano em curso, para o cargo de oficial de justiça do TJDF. O servidor do TJDF incumbido de examinar o ato de admissão de João considerou-o ilegal. Seu chefe, no entanto, reviu o ato praticado pelo subordinado e considerou legal a admissão de João.

Considerando a situação hipotética acima e a legislação pertinente, julgue os itens a seguir.

- 1 O poder de que se utilizou a chefia para rever o ato praticado pelo subordinado caracteriza poder hierárquico.
- 2 Se, na situação em apreço, decorridos dez anos da concessão da aposentadoria de João, descobrir-se que foi utilizada certidão de tempo de serviço falsa, a administração, haja vista o tempo decorrido, não poderá anular a referida aposentadoria.
- 3 Caso a acumulação dos proventos da inatividade com os vencimentos do cargo efetivo seja considerada legítima, em face da aplicação imediata das normas constitucionais, o valor decorrente desse somatório, nele incluídas as vantagens de caráter pessoal, não poderá ultrapassar o que, em espécie, for pago a ministro do STF.
- 4 A admissão de João deverá ser considerada legítima. Ele, no entanto, deverá optar pelos proventos da aposentadoria ou pelos vencimentos do novo cargo efetivo. Se, por outro lado, João fosse aposentado do Banco do Brasil, ele poderia acumular a aposentadoria com os vencimentos do cargo efetivo, independentemente de qualquer opção.
- 5 Ao entrar em exercício no novo cargo, João deverá ser submetido a estágio probatório de três anos. Somente após avaliação de desempenho e aprovação no estágio probatório João adquirirá estabilidade. Nessa hipótese, João somente poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial com trânsito em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

QUESTÃO 6

Júlio — que manteve, por quatro anos, união estável com Ana — foi condenado, por sentença proferida por juiz absolutamente incompetente, a pagar à ex-companheira a importância de R\$ 600.000,00, relativa a 50% dos bens adquiridos durante a referida união.

Julgue os seguintes itens, relativos à situação hipotética acima e à legislação a ela pertinente.

- 1 A sentença é nula e depende de interposição de recurso da parte para que a nulidade seja declarada, caso contrário, uma vez transitada em julgado, operar-se-á a convalidação da nulidade.
- 2 Verificado o trânsito em julgado da sentença, esta poderá ser atacada por ação rescisória, no prazo de dois anos do seu trânsito em julgado, ainda que a parte não tenha exaurido a instância, interpondo, contra ela, o recurso cabível.
- 3 A sentença rescindível, antes do julgamento que venha a dar pela procedência da rescisória, ou se esta não for proposta no prazo legal, operará todos os efeitos.
- 4 É cabível, a requerimento do autor, que seja concedida a antecipação de um dos efeitos do acórdão de procedência da rescisória, suspendendo-se, em tal hipótese, os efeitos da sentença.
- 5 Júlio poderá, na execução da sentença, opor embargos, alegando a nulidade do título por incompetência absoluta do juízo prolator da sentença.

QUESTÃO 7

Julgue os itens abaixo.

- 1 O reconhecimento da inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público pode ser pleiteado pela parte como fundamento de ação em qualquer processo, mas não pode ser objeto de pedido em sentido estrito.
- 2 A declaração de inconstitucionalidade *incidenter tantum* feita por juiz de primeiro grau ou por órgão colegiado ficará acobertada pela coisa julgada.
- 3 Estando o juiz adstrito ao pedido do autor (*ne procedat iudex ex officio*), somente se declarará a inconstitucionalidade incidente se esta for argüida pela parte.
- 4 O Superior Tribunal de Justiça, ainda que adstrito, em sede de recurso especial, a exame de questão federal infraconstitucional, pode examinar *incidenter tantum* a inconstitucionalidade da norma aplicada, observado o princípio da reserva de plenário.
- 5 Na hipótese de competência originária dos tribunais, o recurso ordinário constitucional não tem fundamentação vinculada, diversamente do que ocorre com o recurso extraordinário e com o recurso especial.

QUESTÃO 8

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Simplício pôs em circulação várias notas verdadeiras de R\$ 10,00, alteradas para R\$ 100,00, por meio de aposição, nas mesmas cédulas, de zeros e letras, transformando-lhes o valor. A alteração ficou grosseira, insuscetível de iludir uma pessoa de diligência ordinária. Nesse caso, Simplício responderá pelo crime de moeda falsa.
- 2 Jonas, com a intenção de retirar carteira nacional de habilitação (CNH), falsificou cópias, não-autenticadas, de sua certidão de nascimento e cédula de identidade. Nesse caso, Jonas responderá pelo crime de falsificação de documento público.
- 3 Pedro, visando comprovar rendimentos para a locação de um imóvel residencial, inseriu falsamente na carteira profissional de trabalho declaração de que era empregado de determinada empresa, percebendo mensalmente a importância de R\$ 2.000,00. Nesse caso, Pedro responderá pelo crime de falsidade ideológica.
- 4 Maria, do lar, esposa de Joaquim, tabelião de notas, aproveitando a ausência do marido no cartório, reconheceu como verdadeira a firma do outorgante de uma procuração, quando na realidade não era. Nesse caso, Maria responderá pelo crime de falso reconhecimento de firma ou letra.
- 5 Juca, necessitando viajar de carro para outra unidade da federação, comprou uma CNH falsificada de forma grosseira e perceptível por meio de exame superficial. Em uma rodovia, ao ser abordado por um policial rodoviário, apresentou a CNH falsificada, oportunidade em que foi preso em flagrante. Nesse caso, Juca responderá pelo crime de uso de documento falso.

QUESTÃO 9

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Sílvio, agente de polícia, saiu em perseguição de um assaltante de banco, conseguindo prendê-lo e apreender uma sacola com os valores subtraídos da agência. No caminho para a delegacia, o agente abriu a sacola e apropriou-se da importância de R\$ 5.000,00, já que a autoridade policial não tinha conhecimento do total de dinheiro recuperado e apreendido. Nesse caso, Sílvio responderá pelo crime de peculato.
- 2 José comprou um apartamento de Manoel que, após a lavratura da escritura de compra e venda, entregou a Lúcio, oficial do cartório de notas, a importância recebida para guardá-la até o dia seguinte. Lúcio, aproveitando que não houve testemunha da entrega, apropriou-se definitivamente do dinheiro. Nesse caso, Lúcio responderá pelo crime de apropriação indébita.
- 3 Oto, oficial de um cartório, solicitou de Jânio a importância de R\$ 1.000,00 para agilizar o registro de uma escritura de compra e venda. Dizendo que iria ao banco sacar o dinheiro, Jânio foi até a delegacia de polícia e registrou o fato, retornando ao cartório com agentes de polícia. No cartório, Jânio retirou o dinheiro da carteira e, quando Oto ia aceitá-lo, recebeu dos agentes voz de prisão. Nesse caso, Oto responderá por tentativa de corrupção passiva.
- 4 Beto, agente de polícia, quando se encontrava de plantão na delegacia, foi cientificado pessoalmente de um acidente de trânsito com vítima de morte. Por negligência, deixou de registrar a ocorrência e levá-la ao conhecimento do delegado. Nesse caso, Beto responderá pelo crime de prevaricação.
- 5 Sebastião, chefe do almoxarifado de uma repartição pública, tomou conhecimento de que Joana, sua funcionária e namorada, havia se apropriado de cinco caixas de cartuchos de tinta para impressora. Para não prejudicar sua subordinada e namorada, que iria responder a processo administrativo disciplinar e estaria sujeita a demissão, Sebastião deixou de levar o fato ao conhecimento do diretor-geral. Nesse caso, Sebastião praticou o crime de condescendência criminosa.

Texto CE-I – questões 10 e 11

Em 1997, Gilberto descobriu que estava com câncer de pulmão em estágio avançado e decidiu determinar a destinação que seus bens teriam após sua morte. Nessa época, ele era casado em regime de comunhão parcial de bens com Paulina, e a soma dos patrimônios de ambos os cônjuges valia R\$ 1.000.000,00. Esse patrimônio era composto pela casa que Gilberto herdou de seu pai, localizada em Belo Horizonte, no valor de R\$ 200.000,00; por um apartamento que ele havia comprado antes de casar-se, localizado no DF, no valor de R\$ 100.000,00; por uma fazenda herdada por Paulina, no valor de R\$ 100.000,00; pela coleção de selos de Gilberto, avaliada em R\$ 200.000,00, toda adquirida na constância do casamento, e por R\$ 400.000,00 em uma conta de poupança de titularidade de ambos os cônjuges.

Inicialmente, Gilberto doou a coleção de selos a seu amigo Orlando, com quem compartilhava a paixão pela filatelia. Essa doação foi feita mediante contrato escrito e contou com a anuência expressa de Paulina, feita por escrito, no instrumento do contrato. Além disso, Gilberto fez um testamento nos seguintes termos:

Deixo a meu sobrinho Lucas a casa que herdei de meu pai e constituo Paulina como herdeira de todos os meus demais bens. Desejo que nenhuma parte de meu patrimônio vá para minha mãe, que tem o suficiente para manter-se, e menos ainda para meu sobrinho Carlos, que sempre me tratou com desprezo e desconsideração.

Para evitar questionamentos posteriores, Gilberto optou por fazer um testamento cerrado e realizou todas as formalidades extrínsecas necessárias à validade desse ato.

Gilberto faleceu dois meses depois de saber de sua doença. Nesse momento, seus únicos parentes vivos eram sua mãe, Emília, e dois sobrinhos, os irmãos Carlos e Lucas. Ao morrer, Gilberto não deixou dívidas e as despesas de seu funeral somaram R\$ 10.000,00. Como Gilberto era domiciliado no DF, aí foi aberto o processo de inventário e partilha.

QUESTÃO 10

Considerando a situação hipotética apresentada no texto CE-I, julgue os itens a seguir.

- 1 Caso Gilberto houvesse doado a coleção de selos para Orlando sem o consentimento de Paulina, o respectivo contrato seria nulo, pois tinha como objeto um bem valioso, de propriedade comum do casal, e, portanto, tal doação somente poderia ser feita por ambos os cônjuges.
- 2 A doação feita por Gilberto a Orlando não é fato gerador de imposto, dado que não pode haver incidência tributária sobre contratos de doação de bens móveis.
- 3 Se a casa deixada para Lucas valesse R\$ 250.000,00, a constituição desse legado, por si só, constituiria uma liberalidade inoficiosa, passível de redução.
- 4 Como as disposições testamentárias feitas por Gilberto ultrapassam a metade disponível, Emília pode ingressar em juízo postulando a redução das liberalidades inoficiosas. Como resultado dessa ação, a redução deveria ser operada apenas na herança deixada a Paulina e não atingir o direito de Lucas a receber a casa que o tio lhe deixou.
- 5 Caso Gilberto ficasse curado do câncer e falecesse posteriormente a Paulina e a Emília, sem ter deixado descendentes nem ter constituído nova família ou alterado o testamento feito em 1997, Lucas teria direito a receber toda a herança deixada por seu tio Gilberto.

QUESTÃO 11

Em face da situação hipotética descrita no texto CE-I, julgue os itens abaixo.

- 1 Se, na situação em apreço, sempre com o consentimento expresso de Paulina, Gilberto, além de ter doado a coleção de selos a Orlando, houvesse doado a Lucas a casa e o apartamento, que compunham seu domínio particular, a soma dessas doações ultrapassaria a metade disponível e, portanto, seriam elas passíveis de redução. Como não há disposição legal acerca da redução de liberalidades não-testamentárias, deve-se aplicar à redução das doações, naquilo em que for cabível, as mesmas normas que regulam a redução das disposições testamentárias, sendo que tal forma de aplicar o direito não caracterizaria analogia, mas interpretação extensiva das normas relativas à redução das disposições testamentárias.
- 2 Caso Gilberto houvesse doado a Orlando não a sua coleção de selos, mas a casa que herdou de seu pai, incidiria sobre essa doação o imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI), que, por ser imposto municipal, pode ser instituído pelo DF.
- 3 Para que o DF pudesse cobrar imposto sobre a transmissão do apartamento de Gilberto a seus herdeiros, seria necessário que o imposto incidente sobre transmissão *causa mortis* de imóveis fosse instituído no âmbito do DF, mediante lei distrital complementar. A alíquota do imposto, contudo, poderia ser alterada mediante lei distrital ordinária.
- 4 Embora Paulina possa ter vários locais de residência habitual e diversos centros de atividade, apenas um deles pode ser considerado seu domicílio civil.
- 5 O testamento não é um negócio jurídico, mas um ato jurídico *stricto sensu* caracterizado por ser unilateral e gratuito.

QUESTÃO 12

Mércia utilizou parte da herança que recebeu do filho, Mário, para comprar de Vicente um apartamento localizado em Brasília. Inicialmente, Mércia estabeleceu com Vicente, em 10/6/1999, um contrato de promessa de compra e venda, com cláusula expressa de irrevocabilidade, comprometendo-se a pagar-lhe o preço ajustado em seis prestações mensais.

Pagas todas as parcelas, Mércia e Vicente estabeleceram contrato de compra e venda, no dia 10/2/2000. Entretanto, como a legislação tributária do DF considera ocorrido o fato gerador do ITBI na data constante do instrumento que serve de título à transmissão do imóvel e houve uma majoração da alíquota do ITBI em 10/10/1999, os contratantes decidiram pôr no contrato a data de 10/11/1999, com o objetivo de pagar menos impostos.

Em janeiro de 2000, Antônio ingressou em juízo contra Mércia, argumentando que seu pai havia vendido o apartamento a Vicente sem o consentimento de sua esposa e que, portanto, a venda deveria ser desconstituída. Ao ser procurado por Mércia, Vicente confirmou que o pai de Antônio não havia apresentado autorização da esposa para a realização do contrato, mas alegou que ele efetuara a compra de boa-fé, pois o vendedor havia-se apresentado como viúvo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 1 Sobre a compra do apartamento efetuada por Mércia incide o ITBI, sendo que o crédito tributário relativo a esse imposto não foi constituído no momento em que o contrato de compra e venda foi assinado, mas no momento em que a escritura foi registrada no cartório de imóveis competente.
- 2 Se a Constituição da República previsse a não-aplicação do princípio da anterioridade fiscal ao ITBI, a alteração de datas efetuada por Mércia e Vicente não poderia alcançar os objetivos por eles desejados, já que a alíquota majorada aplicar-se-ia tanto aos fatos geradores ocorridos em fevereiro de 2000 quanto aos ocorridos em novembro de 1999.
- 3 Caso Mércia houvesse inscrito no registro de imóveis competente o contrato de compromisso de compra e venda celebrado com Vicente, ela teria direito real oponível a terceiros em relação ao apartamento objeto do referido contrato.
- 4 O fato de Mércia e Vicente terem antedatado o contrato de compra e venda caracteriza a existência de fraude contra credores e torna anulável o negócio jurídico por eles realizado.
- 5 Mesmo que houvesse no contrato de compra e venda realizado entre Mércia e Vicente uma cláusula que eximisse este dos riscos da evicção, caso a ação proposta contra Mércia prosperasse e ela tivesse que restituir o apartamento a seu legítimo dono, Vicente teria o dever de restituir-lhe a quantia por ela paga na aquisição do imóvel.

QUESTÃO 13

Roberto decidiu promover a construção de um edifício em um terreno de sua propriedade. Como não tinha dinheiro suficiente para realizar o empreendimento, ele pediu um empréstimo de R\$ 200.000,00 a seu cunhado Henrique, que o concedeu. No contrato feito entre eles, não foi determinado o pagamento de juros nem estabelecida qualquer forma de garantia da dívida.

Um mês após a assinatura do contrato de empréstimo, Henrique precisou de dinheiro para realizar um negócio e, como havia emprestado para Roberto todas as suas economias, decidiu alienar o crédito que tinha frente ao cunhado. O Banco Correto S.A. mostrou-se interessado em adquirir o crédito, mas condicionou a feitura do contrato de cessão à estipulação de uma garantia real para a dívida. Premido pelo tempo, Henrique cedeu às pressões do banco e ofereceu uma fazenda em hipoteca como garantia da dívida.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- 1 O contrato de mútuo estabelecido entre Henrique e Roberto é do tipo oneroso, dado que, na ausência de estipulação expressa, incidem os juros legais de 6% ao ano.
- 2 Caso, no contrato de empréstimo, houvesse cláusula dispondo que, se Roberto não quitasse a dívida no prazo de seis meses, ele deveria pagar R\$ 25.000,00 a Henrique, tal disposição não seria válida, por constituir cláusula penal que exorbita o limite estabelecido pela lei.
- 3 Caso não fosse realizada mediante instrumento público, a cessão do crédito de Henrique para o Banco Correto S.A. operaria efeitos entre as partes, mas não valeria em relação a terceiros.
- 4 Para constituir a garantia hipotecária, Henrique precisaria celebrar com o Banco Correto S.A. um contrato de hipoteca, contrato esse que, contrariamente ao de penhor, é consensual, e não real.
- 5 Cedido o crédito ao Banco Correto S.A., esta pessoa jurídica de direito privado poderia emitir uma cédula hipotecária, título nominativo que deve ser autenticado pelo oficial do registro de imóveis em que houver sido inscrita a hipoteca e que somente poderia circular após ter sido averbado nesse registro de imóveis.

QUESTÃO 14

Jorge planejava construir um prédio de três pavimentos e dividi-lo em unidades autônomas para alugá-las a terceiros. Ao conseguir um empréstimo com seu cunhado, ele acreditou ter amalhado capital suficiente para a realização do negócio e deu início ao empreendimento. Para realizar a edificação, Jorge contratou a Construtora Alfa Ltda., que se comprometeu a entregar o imóvel pronto no prazo de um ano, sendo que, no contrato de construção, ficou previsto que Jorge arcaria com o custo da obra e que, a cada mês, a empresa construtora receberia 5% do valor despendido por Jorge nesse período, a título de taxa de administração.

Seis meses após o início das obras, uma repentina crise econômica internacional resultou no imediato aumento da cotação do dólar no Brasil, fato que gerou, entre outras conseqüências, uma súbita elevação de 30% no preço dos materiais de construção. Com isso, o capital de Jorge tornou-se insuficiente para custear o término do empreendimento, levando-o a buscar alternativas para obter o dinheiro que faltava. Após muito meditar, Jorge concluiu que a única saída que lhe restava era alienar parte do prédio, possibilitando a ele arcar com o restante da edificação.

Em primeiro lugar, Jorge ofereceu à sua irmã Rosa 10% do imóvel, no estado em que se encontrava, sendo que ela deveria custear o restante da construção de sua parte. Receosa de haver outro súbito aumento, Rosa não aceitou essa proposta, mas ofereceu-se para adquirir algumas unidades, que o irmão deveria entregar-lhe prontas ao final do prazo da construção. Jorge prontamente aceitou essa proposta e acordou com Rosa o pagamento parcelado dessas unidades.

Além disso, Rosa apresentou-lhe sua amiga Valquíria, que se mostrou interessada em adquirir também algumas unidades, contanto que Jorge se responsabilizasse por entregá-las no prazo de um ano. Como a quantia oferecida por Valquíria era suficiente para possibilitar a finalização da obra, Jorge aceitou sua proposta, mas exigiu-lhe garantias. Valquíria, que não tinha outros imóveis nem se sentia confortável para convidar Rosa para ser sua fiadora, sugeriu que fosse realizada uma alienação fiduciária em garantia das unidades que ela pretendia adquirir.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 1 Mesmo considerando que a “crise econômica internacional” tenha sido um fato imprevisível que causou alteração radical na situação econômica e onerou excessivamente a construção do imóvel, Jorge não teria direito a obter judicialmente, com base na teoria da imprevisão, redução no valor da taxa de administração prevista no contrato de construção estabelecido com a Construtora Alfa Ltda.
- 2 Antes de ter ajustado com Rosa e Valquíria a venda de algumas unidades autônomas, Jorge não poderia ser juridicamente considerado incorporador.
- 3 Caso Jorge, Rosa e Valquíria estivessem de acordo, seria possível inserir na convenção de condomínio dispositivo que determinasse que os corredores que proporcionam acesso das unidades autônomas à parte externa do prédio serão consideradas áreas de propriedade comum apenas dos proprietários de unidades localizadas no andar em que se encontra o corredor.
- 4 Jorge não poderia estabelecer com Valquíria contrato de alienação fiduciária em garantia das unidades autônomas, dado que apenas as pessoas jurídicas que têm legitimidade para operar no sistema de financiamento imobiliário podem ser titulares de propriedade fiduciária em garantia de imóveis.
- 5 Embora a alienação fiduciária em garantia de imóvel constitua direito real e a escritura pública normalmente seja da substância do ato dos contratos translativos de direitos reais sobre imóveis, o contrato de alienação fiduciária em garantia de bens imóveis pode ser formalizado por instrumento particular, desde que o fiduciante seja pessoa física e beneficiário final da operação.

QUESTÃO 15

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), empresa pública federal, decidiu abrir uma agência no *campus* da Universidade de Brasília. Para tanto, realizou com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), fundação pública federal, contrato de locação de uma sala localizada na área do *campus* destinada à instalação de serviços úteis à comunidade universitária.

No contrato de locação, ficou determinado que a locatária seria responsável pelo pagamento de todos os impostos e taxas relativos ao imóvel, em especial o imposto predial e territorial urbano (IPTU) e a taxa de limpeza urbana (TLP).

Para que pudesse funcionar no novo espaço, o DF cobrou da ECT taxa de localização e funcionamento, prevista em lei distrital, que tinha como fato gerador a atividade administrativa consistente na expedição de alvará de funcionamento.

Iniciado o funcionamento da agência, foi afixado em seu mural um cartaz com o seguinte texto: “Abertas as inscrições para concurso público para carteiro, taxa de inscrição de R\$ 15,00, informações no balcão de atendimento”.

Eduardo, que se inscreveu nesse concurso, foi aprovado, tomou posse e, ao receber o seu primeiro contracheque, observou que havia um desconto de R\$ 50,00 sobre seu salário, a título de imposto de renda retido na fonte.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os seguintes itens.

- 1 Mesmo que a FUB seja imune ao pagamento do IPTU sobre a sala alugada à ECT, a previsão contratual de que caberia a esta empresa o pagamento desse imposto constitui a ECT como o responsável tributário pelo pagamento do IPTU e possibilita que o DF cobre esse tributo diretamente da referida empresa pública.
- 2 Embora faça parte da administração pública indireta, a ECT não seria imune ao pagamento de taxa de localização e funcionamento, em virtude de não ser abrangida pela imunidade recíproca prevista na Constituição da República de 1988.
- 3 A taxa de inscrição para o concurso público de carteiro tem caráter tributário, pois remunera serviço público divisível e específico.
- 4 No tocante ao imposto de renda incidente sobre o salário de Eduardo, apesar de a ECT ser responsável pelo recolhimento do imposto de renda retido na fonte, essa empresa não poderia ser considerada substituta tributária.
- 5 O IPTU é um imposto indireto, já que o ônus de seu pagamento pode ser repassado para o locatário do imóvel sobre cuja propriedade incide o tributo.

QUESTÃO 16

Determinado cheque foi emitido em Brasília, no dia 1.º/7/2001, contra agência bancária localizada nessa mesma praça, sendo lançada no cheque a data de sua efetiva emissão. No entanto, em pequena folha avulsa, lançou-se a expressão “bom para 15/9/2001”. O cheque foi emitido nominativo em favor da sociedade X, que o endossou a empresa de fomento mercantil (*factoring*).

Considerando a situação hipotética descrita acima, julgue os itens seguintes.

- 1 Caso o cheque seja apresentado ao sacado no dia 17/9/2001 e não tenha fundos disponíveis, poderá ser proposta ação executiva contra o emitente e o endossante do título, que responderão solidariamente.
- 2 Prescrita a ação executiva do cheque, poderá ser o título utilizado para propor ação monitória contra seu emitente.
- 3 Demonstrado que o endossatário do cheque se dedica à atividade de *factoring*, não poderá ele propor qualquer ação judicial em face da ilicitude do objeto que originou o crédito.
- 4 É nulo o endosso em cheque. Daí resulta a impossibilidade de ser proposta ação contra o endossante.
- 5 Na situação em apreço, a empresa de fomento mercantil, detentora do cheque, caso queira propor ação executiva com base no referido título, não será obrigada a demonstrar a origem do seu crédito.

QUESTÃO 17

O banco Z celebrou com a sociedade comercial X contrato de mútuo. A primeira parcela do empréstimo terá seu vencimento para o dia 15/9/2001.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os seguintes itens, relacionados à universalidade do juízo da falência e à competência para o seu requerimento.

- 1 Observados os requisitos legais, o banco Z poderá requerer a falência da sociedade X mesmo antes do vencimento de seu crédito.
- 2 Se o empréstimo tiver sido garantido por hipoteca, ainda que seu crédito esteja vencido, o banco Z não poderá requerer a falência do devedor.
- 3 Caso seja decretada a falência da sociedade X, todas as execuções em curso, inclusive aquelas propostas pela fazenda pública, serão suspensas e seus autores deverão pedir habilitação na falência.
- 4 Se for decretada a falência da sociedade X, as reclamações trabalhistas que tenham sido propostas contra ela deverão ser julgadas pelo juízo da falência.
- 5 Se for decretada a falência da sociedade X, a remuneração a ser paga ao síndico da falência gozará dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas e será paga prioritariamente em relação aos créditos de natureza tributária.

QUESTÃO 18

Determinada fundação de direito privado prestou serviços em favor da sociedade Cia. Agrícola do Planalto, que explora atividades de agricultura. Para permitir a cobrança do seu crédito, a fundação emitiu título contra a referida companhia que, não sendo pago, foi objeto de protesto.

Em face da situação hipotética acima descrita, julgue os itens a seguir.

- 1 A fundação não poderá requerer a falência da sociedade em questão, haja vista a atividade explorada pela devedora ser considerada civil, e somente ser possível a decretação de falência de comerciantes individuais ou coletivos.
- 2 O título emitido pela fundação deve ter sido uma duplicata de prestação de serviços, que, observadas as exigências legais, legitima o requerimento de falência.
- 3 A Cia. Agrícola do Planalto só poderá ser legalmente representada por seus diretores que também sejam sócios dessa sociedade.
- 4 Caso a Cia. Agrícola do Planalto decida abrir seu capital social, deverá, obrigatoriamente, adotar conselho de administração.
- 5 Se a Cia. Agrícola do Planalto não pagar suas dívidas, seus administradores serão chamados a responder, subsidiariamente, até o valor do capital social a realizar.

QUESTÃO 19

Determinada sociedade por quotas de responsabilidade limitada — sociedade A — foi transformada em sociedade anônima. Em um segundo momento, essa companhia foi unida à sociedade B, sendo ambas extintas e criada uma nova sociedade, C. Finalmente, essa sociedade C foi dividida e todo o seu patrimônio foi transferido para duas novas sociedades, o que resultou na criação das sociedades D e E.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens abaixo.

- 1 Salvo se o contrato social da sociedade A tivesse fixado quórum diverso, seria exigida a manifestação unânime de seus sócios para transformá-la em sociedade anônima.
- 2 A transformação da sociedade A de limitada para anônima independe de dissolução ou liquidação.
- 3 A operação pela qual a sociedade anônima A se uniu à sociedade B, sendo ambas extintas para a criação de uma nova sociedade, consiste na fusão de empresas.
- 4 É considerada uma cisão total a operação por meio da qual a sociedade C transferiu todo o seu patrimônio às sociedades D e E, sendo, em seguida, extinta.
- 5 As sociedades D e E responderão solidariamente pelas dívidas anteriormente contraídas pela sociedade C.

QUESTÃO 20

Em relação ao registro de pessoas naturais e jurídicas, julgue os seguintes itens.

- 1 O registro do assento ou termo de casamento religioso em que tenha havido prévia habilitação será, em qualquer hipótese, realizado após oitiva do juiz dos registros públicos, que autorizará o ato de inscrição.
- 2 É admissível o registro do assento de nascimento de menor, filha de pais paraguaios, nascida em Assunção, desde que a mãe, adotando posteriormente a nacionalidade brasileira, por via de naturalização, o requeira perante o cartório do 1.º ofício do local de seu domicílio.
- 3 Os casamentos celebrados no exterior, por autoridade estrangeira, após legalização pelo consulado brasileiro, serão transcritos no Livro B, relativo aos registros de casamento.
- 4 Os nascimentos ocorridos no DF serão registrados em qualquer cartório de registro civil de pessoas naturais do DF.
- 5 Não sendo possível registrar-se ato constitutivo de sociedade que tenha por objetivo o exercício de atividade proibida expressamente por lei, deverá o oficial — não lhe cabendo, de ofício, suscitar dúvida ao juiz — devolver ao apresentante o ato constitutivo, para que este, se for o caso, requeira a instauração do incidente.

QUESTÃO 21

Em relação aos títulos apresentados para protesto, julgue os itens que se seguem.

- 1 O pagamento de títulos apresentados para protesto só poderá ser feito em moeda corrente ou em cheque administrativo, mas sempre no valor correspondente apenas ao da obrigação, em nome e à ordem do apresentante, devendo as custas e os emolumentos já pagos pelo apresentante ser a ele ressarcidas pelo devedor.
- 2 Será objeto de compensação em favor dos outros serviços notariais a distribuição de diversos títulos a um só serviço de protesto por referirem-se a um mesmo devedor.
- 3 Cabe ao tabelião verificar a validade formal do título ou documento de dívida protocolizado, obstando o curso daqueles que apresentem vícios, mas não daqueles que representem dívida já prescrita.
- 4 Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins falimentares, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto.
- 5 É vedado o apontamento de cheques, quando estes tiverem sido devolvidos pelo estabelecimento bancário sacado por motivo de furto, roubo ou extravio das folhas ou dos talonários, ainda que os títulos tenham circulado por meio de endosso ou estejam garantidos por aval.

QUESTÃO 22

Julgue os itens abaixo, relativos ao registro de imóveis.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Márcia e Rodrigo, domiciliados em Brasília, firmaram por escritura pública pacto antenupcial, optando pelo regime de separação total de bens, inclusive dos aquestos. Logo após o casamento, requereram ao cartório de registro de imóveis do local de seu domicílio o registro da escritura do pacto. O oficial, verificando que o casal não possuía imóvel algum no local, recusou-se a fazer o registro.
Nessa situação, agiu acertadamente o oficial, porque o pacto somente deve ser averbado na matrícula do imóvel, na serventia onde este esteja localizado.
- 2 O oficial disporá do prazo de quinze dias, a partir da apresentação do título no serviço, para proceder ao seu apontamento no Livro de Protocolo, período no qual deverá examinar o título, relacionando as exigências que deverão ser satisfeitas para o respectivo registro.
- 3 Se for criado outro ofício de registro de imóvel que passe a ter competência territorial em relação ao imóvel X, o interessado em averbar o cancelamento de hipoteca incidente sobre tal imóvel deverá fazê-lo perante o novo ofício, pois as normas de natureza processual, especialmente as relativas à competência judicial e extrajudicial, são aplicadas de imediato.
- 4 Se o registro não se ultimar por negligência do apresentante do título ou documento, o oficial certificará a ocorrência, submetendo o Livro de Protocolo, à primeira hora do expediente do dia que se seguir, ao juiz de registros públicos, que autorizará se lhe aponha a expressão “sem efeito, pelo certificado neste ato”, com data, hora e assinatura do oficial.
- 5 Se o apresentante não concordar com as exigências do oficial, deverá requerer que seja suscitada dúvida ao juiz de registros públicos, caso em que será interrompido o prazo para a efetivação do registro, prevalecendo os efeitos da prenotação até o trânsito em julgado da decisão judicial.

QUESTÃO 23

Julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo a LRP, qualquer título apresentado será lançado no Livro de Protocolo, passando a gozar de prioridade, a menos que não tenham sido recolhidas previamente as custas, caso em que se presume que tenha sido apresentado apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
- 2 É vedado o registro de formal de partilha com doações se não estiver acompanhado da respectiva escritura de doação, ainda que regularmente extraído de processo judicial com sentença transitada em julgado.
- 3 Não são devidos emolumentos para o registro de ações e de penhoras determinado pelo juiz da causa.
- 4 Somente se efetuará o registro de instrumento de contrato de locação em que haja cláusula de vigência contra o adquirente do imóvel locado, figurando massa falida como locador, com a apresentação de documento, com firma reconhecida, que comprove a expressa concordância do síndico.
- 5 A extinção de usufruto por morte de usufrutuário independe de sentença judicial para ser reconhecida, podendo ser averbada mediante requerimento acompanhado do documento comprobatório e do imposto devido.

QUESTÃO 24

Quanto ao direito notarial e ao direito registral, julgue os seguintes itens.

- 1 Nem sempre o registro público é elemento essencial à aquisição ou à manutenção do direito, pois há casos em que a finalidade dele consiste em apenas dar publicidade do ato jurídico a terceiros; mesmo nesses casos, porém, independentemente do registro, o ato pode ser válido entre as partes.
- 2 Nem sempre os procedimentos previstos na legislação registral sucedem ao ato jurídico de direito material a que se referem, pois é juridicamente possível haver caso em que o precedam.
- 3 Usa-se a expressão *forma dat esse rei* para designar casos em que o registro público tem aspecto constitutivo do próprio direito, ou seja, hipóteses em que, sem o registro, o ato jurídico não pode produzir validamente os efeitos que lhe são próprios, seja *inter partes*, seja *erga omnes*.
- 4 Nem todos os registros públicos no direito brasileiro são regidos pela Lei de Registros Públicos (LRP — Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973), pois há vários disciplinados por legislação especial, tais como o registro de direito autoral, o de minas e jazidas, o de capitais estrangeiros ingressados no país, o de aeronaves e navios, o Registro Torrens e o do contrato de parceria agrícola ou pecuária.
- 5 Em um ofício de registro civil, se o livro n.º A-1 encerrar-se, o próximo livro será identificado como A-2; no registro de imóveis, porém, se o livro n.º 2-Z findar, o seguinte deverá ter o n.º 3-A.

QUESTÃO 25

Acerca do direito notarial e do direito registral, julgue os itens abaixo.

- 1 Devido à importância da precedência do registro para a produção de efeitos jurídicos, se um título for apresentado a registro no horário regulamentar do ofício e preencher os requisitos legais, o procedimento de registro deverá concluir-se no mesmo dia, independentemente da hora.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Isaque comprou a Saul uma casa, do que se lavrou escritura pública. Em seguida, Isaque, em vez de apresentar a escritura para o registro imobiliário, apresentou-a por escrito ao Ministério Público, requerendo “as providências cabíveis”. O promotor de justiça, então, remeteu a escritura ao oficial do registro imobiliário, requerendo que este procedesse ao registro.
Nessa situação, o oficial não deve realizar o registro, pois cabia ao adquirente requerê-lo diretamente.
- 3 Se um usuário do serviço de registro de títulos e documentos solicitar a emissão de escritura com um recibo específico e à parte para indicar o valor pago por ela, a escritura, nesse caso, não deverá consignar o valor dos correspondentes emolumentos.
- 4 A Constituição da República confere natureza privada aos serviços prestados pelos notários e registradores e sua remuneração provém do pagamento de valores por parte dos cidadãos e não do tesouro; por essas razões, esses agentes não estão sujeitos ao preceito constitucional que impõe aposentadoria compulsória para os servidores públicos.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Helena era oficial do registro civil e, portanto, sujeito ao regime da Lei dos Serviços Notariais e de Registro (LSNR — Lei n.º 8.935, de 18 de novembro de 1994). Em determinada eleição, Helena foi eleita para o cargo de vereador. A corregedoria do tribunal que fiscalizava o serviço prestado por Helena entendeu que, com a diplomação, ela teria de afastar-se do oficialato.
Nessa situação, segundo o entendimento hoje dominante no STF, a orientação da corregedoria estava equivocada, pois Helena poderia acumular os cargos e sua remuneração, desde que houvesse compatibilidade de horários.

QUESTÃO 26

Ainda em relação ao direito notarial e ao direito registral, julgue os itens a seguir.

- 1 Os estados-membros da Federação, assim como o DF, não podem aprovar lei que trate de nenhum aspecto concernente a emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, uma vez que tal matéria é de competência legislativa da União.
- 2 Nos processos de jurisdição contenciosa que visem alterar ou anular registros públicos, o Ministério Público precisará intervir apenas na hipótese de potencial dano ao erário ou se houver interesse de incapaz.
- 3 Se um livro utilizado por notário tiver o número 2-A e encerrar-se no registro n.º 300 e o próximo livro da mesma espécie houver de identificar-se como 2-B, o primeiro registro deste novo livro não será identificado como registro n.º 1 do livro 2-B.
- 4 Considerado em sentido amplo, todo ato de registro depende, necessariamente, de ordem judicial ou requerimento verbal ou escrito dos interessados ou do Ministério Público, conforme o caso.
- 5 Apesar do uso por vezes indiscriminado de uma designação em lugar de outra, há certas relevantes e essenciais distinções jurídicas entre os termos **oficial de registro**, **registrador**, **notário** e **tabelião**, razão por que a essa terminologia deve dedicar-se cautela, quando empregada em sentido técnico-jurídico.

QUESTÃO 27

A respeito da LRP, julgue os seguintes itens.

- 1 Se um cidadão apresentar um título para protesto por falta de pagamento e se, posteriormente, em face do insucesso na tentativa de receber seu crédito, seu advogado levar à distribuição a petição inicial de uma ação de execução, tanto o serviço de protesto do título quanto o de distribuição da ação não serão regidos integralmente pela LRP, mesmo se se considerarem apenas as normas no nível da legislação ordinária.
- 2 Se, no horário regular, um cidadão apresentar um título para registro e este não puder ser feito, o registro deverá consumar-se no dia imediatamente subsequente, ainda que não seja dia útil, a fim de não prejudicar a prioridade do título em caso de concurso com outros.
- 3 No sistema da LRP, entende-se como apresentante o portador do título que é levado ao serviço registral.
- 4 Para que o casamento religioso produza efeitos civis, os interessados têm de dirigir requerimento, necessariamente escrito, ao oficial registral que houver expedido a certidão de habilitação utilizada para a celebração religiosa, com o termo ou assento desta cerimônia; nesse caso, o oficial terá 24 horas para lavrar o registro do casamento.
- 5 Se um indivíduo domiciliado em Manaus – AM efetuar dação em pagamento a credor seu domiciliado em Florianópolis – SC, o contrato somente gerará efeitos vinculantes *erga omnes* se for registrado no ofício de títulos e documentos de ambas as cidades, embora não precise ser distribuído entre os diferentes cartórios em cada cidade.

QUESTÃO 28

No que se refere à LRP, julgue os itens abaixo.

- 1 Norma existente nas disposições gerais da LRP relativas ao registro civil das pessoas naturais estatui que serão averbados sentenças que julguem nulidade ou anulação de casamento e questões correlatas, sentenças relativas à filiação, casamentos com efeitos sobre filiação, atos judiciais ou extrajudiciais com efeitos sobre filiação, atos relativos à adoção e alterações ou abreviaturas de nomes; devido ao princípio da legalidade, que rege o direito registral, não é juridicamente possível a averbação de outras espécies de atos além desses.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Ronaldo, brasileiro nato, encontrava-se em férias na cidade de Beijing, na China, quando conheceu uma chinesa, pela qual se apaixonou e com quem se casou. Ali nasceu o filho deles, a que chamaram Marcelo. Ronaldo nunca mais retornou ao Brasil. Em consequência, Marcelo não chegou a ser registrado no Brasil, como também não o foi em nenhuma repartição consular brasileira, mas perante a autoridade competente da China. Apesar disso, Marcelo, na adolescência, resolveu vir morar no Brasil e, ao chegar aqui, já com dezessete anos de idade, fixou residência definitiva e optou pela nacionalidade brasileira.
Nessa situação, Marcelo, por ser considerado brasileiro nato, à luz da LRP e da Constituição, poderá obter no Brasil, após determinadas providências, o registro de seu nascimento.
- 3 No procedimento de registro de atos constitutivos de pessoa jurídica, apenas os sócios ou outros participantes do ato, o Ministério Público e autoridades judiciais podem provocar o oficial para que suspenda o procedimento e suscite dúvida; no caso de pessoa jurídica sujeita à autorização de órgão específico, este também terá tal faculdade.
- 4 A atribuição do registro de títulos e documentos possui caráter supletivo em relação aos demais registros previstos na LRP, de modo que caberá àquele o registro do título, desde que isso não seja expressamente atribuído a outro serviço registral; não obstante, mesmo nesses casos, pode o interessado, se o desejar, pedir o registro de qualquer título no registro de títulos e documentos concomitantemente com o registro no serviço especificamente competente.
- 5 A tradução é legalmente exigível apenas para os documentos produzidos no exterior que devam produzir efeitos no Brasil e que, por isso, precisem ser levados ao registro de títulos e documentos.

QUESTÃO 29

No atinente ao registro civil de pessoas naturais na LRP, julgue os itens seguintes.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Cristiane e Gílson eram brasileiros natos, solteiros e residiam em Mossoró – RN, até que resolveram mudar-se, em caráter definitivo, para a Bélgica, onde firmaram residência e construíram sua vida. Pouco depois de lá chegarem, resolveram casar-se, o que fizeram segundo a lei belga. Também nesse país, tiveram filhos e constituíram patrimônio. Jamais retornaram ao Brasil, onde não tinham patrimônio, herdeiros, sucessores nem vínculos jurídicos de qualquer natureza.
Nessa situação, devido à nacionalidade dos indivíduos, o casamento deles tinha necessariamente de ser transladado no 1.º Ofício da cidade de Mossoró, para que pudesse produzir efeitos jurídicos válidos.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Severo era brasileiro e marinheiro mercante, com residência na cidade de Mariana – MG, onde também nascera. Quando o navio em que trabalhava se encontrava no porto de Hamburgo, na Alemanha, ele embriagou-se, escorregou e caiu da própria altura no convés superior da embarcação, vindo a falecer.
Nessa situação, o registro válido do óbito por parte do comandante do navio é o único requisito exigido pela LRP para que o falecimento produza efeitos jurídicos no Brasil.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Rafael compareceu a um serviço de registro civil para prestar as declarações necessárias ao assento do nascimento de um filho seu. Rafael não podia assinar o próprio nome, por ter sofrido acidente de trânsito. No cartório, aconteceu exatamente o que se segue. O oficial tomou as declarações do pai e anotou a circunstância de ele não poder assinar. Devido à condição econômica do declarante, não lhe cobrou custas. Ao final, entregou-lhe certidão do nascimento.
Nessa situação, o registro fez-se de modo juridicamente defeituoso, pois alguém devia ter assinado a rogo do declarante e, antes da entrega da certidão, o assento devia ter-lhe sido lido.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Um oficial de registro lavrou assento de um nascimento e colheu todas as assinaturas necessárias. Um mês depois, o pai retornou ao cartório e informou-lhe que houve erro no registro do nome de um dos avós do nascido. Por isso, fazia-se acompanhar do avô com o nome erradamente registrado, de posse de seus documentos de identificação, bem como das testemunhas que haviam assinado o registro original. O oficial conferiu os documentos do avô e constatou o erro. Como todos os presentes ao registro se encontravam ali e, além disso, não havia possibilidade de lesão a direito de nenhuma pessoa, o oficial providenciou a retificação no livro próprio e colheu-lhes a assinatura.
Nessa situação, a retificação obedeceu às exigências da LRP.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Juliano foi encontrado morto em casa e o exame tanatoscópico constatou que ele fora assassinado, razão por que imediatamente a polícia judiciária foi cientificada e no mesmo dia instaurou inquérito policial. A família do morto comunicou ao delegado responsável pela investigação que ele deixara testamento público, no qual, aliás, manifestara a vontade de ser cremado. Em face disso, o delegado autorizou por escrito a cremação, a qual foi feita, uma vez que a perícia médico-legal já se realizara.
Nesse caso, não se cumpriram os requisitos legais para a cremação.

QUESTÃO 30

A Constituição de 1988 assegura o direito de associação, em sentido amplo, para fins lícitos (art. 5.º, XVII), vedada a intervenção estatal em seu funcionamento (art. 5.º, XVIII), o que se ajusta aos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1.º), entre os quais se situa a livre iniciativa.

Diversamente do registro do comércio, o registro civil de pessoa jurídica veio regulado no Código Civil (arts. 18 e 19), em parte revogado. Começa a existência da pessoa jurídica de direito privado com a inscrição de seu contrato, ato constitutivo, estatuto ou compromisso, no registro regulado pela Lei n.º 6.015/1973. Sendo necessária autorização ou aprovação por autoridade governamental, esta precederá qualquer registro, a cuja margem serão averbadas as alterações pelas quais passe a pessoa jurídica.

Walter Ceneviva. *Lei dos registros públicos comentada*. 12.ª ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 218 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens que se seguem, no que tange ao registro civil de pessoas jurídicas na LRP.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

O procurador de um grupo de cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos políticos apresentou para registro os atos constitutivos de um partido político, o qual previa que a agremiação seria mantida, em parte, com recursos de uma organização não-governamental situada na Europa, que, por seu turno, determinaria a orientação ideológica e as atividades do partido. O oficial, considerando o princípio da liberdade de organização partidária e que esses atos seriam depois examinados pelo Tribunal Superior Eleitoral, registrou-os.

Nessa situação, agiu corretamente o oficial de registro.

- 2 Como regra geral, nos casos em que a existência da pessoa jurídica dependa de autorização de alguma autoridade, nos termos de legislação especial, cabe ao interessado providenciar primeiramente o registro dos atos constitutivos da pessoa no registro civil competente para, em seguida, pleitear a autorização específica.
- 3 Embora o registro civil das pessoas jurídicas seja um dos casos nos quais se considera que a formalidade registral possui efeito constitutivo, é juridicamente possível haver hipóteses em que pessoa jurídica surja validamente sem a observância dos procedimentos previstos na LRP.
- 4 Os sindicatos são exemplo de pessoa jurídica cuja existência jurídica válida depende de autorização do poder competente, razão pela qual, sem essa autorização, os atos constitutivos da entidade não podem ser registrados pelo oficial, sob pena de responsabilidade.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.

Um oficial de registro civil de pessoas jurídicas recebeu para inscrição os atos constitutivos de uma sociedade civil com fins lucrativos, de uma sociedade civil concebida para revestir a forma de sociedade anônima e de uma sociedade civil sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Nessa situação, o oficial poderia registrar validamente a primeira, pois é lícito que sociedade civil tenha finalidade lucrativa, e a terceira, porque sociedade civil pode constituir-se sob aquela forma, mas não a segunda, porquanto, no caso, a sociedade teria, por expresse comando legal, natureza mercantil.

QUESTÃO 31

O Registro de Títulos e Documentos foi instituído pela Lei n.º 973, de 2/1/1903. Seu art. 1.º estabelecia a facultatividade do registro de documentos, títulos e outros papéis “para autenticidade, conservação e perpetuidade” deles. O art. 3.º da Lei n.º 79, de 23/8/1892, referia-se ao registro necessário à validade dos títulos, documentos e papéis em relação a terceiros.

Desde a sua instituição, o Registro de Títulos e Documentos desempenha dupla finalidade: facultativamente, para autenticidade, conservação e perpetuidade dos documentos; obrigatoriamente, para validade em relação a terceiros.

Wilson de Souza Campos Batalha. *Comentários à lei de registros públicos*. 4.ª ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1999, vol. I, p. 114 (com adaptações).

À luz do texto acima, julgue os seguintes itens, relativamente ao registro de títulos e documentos no regime da LRP.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

Araci era proprietária de um automóvel, que vendeu a Eurico, mas não levou a registro o contrato de venda. Eurico, pouco tempo depois da venda, colidiu com o veículo e causou danos a Jacó. Este, ao descobrir que Eurico não possuía patrimônio, ao contrário de Araci, ajuizou ação em face dela e alegou que o contrato de venda do automotor não valia contra terceiros, devido à ausência de registro no ofício de títulos e documentos.

Nessa situação, de acordo com o entendimento jurisprudencial prevalecente, Araci não deverá ser responsabilizada pelos danos causados a Jacó.

- 2 A sub-rogação de direitos pode ser legal ou convencional, sendo que apenas esta se sujeita ao registro no serviço de títulos e documentos para obter validade perante terceiros, ao contrário da primeira, que não se subordina a esse requisito.
- 3 Desde que mediante autorização judicial, o registro de títulos e documentos poderá utilizar múltiplos livros para atos da mesma espécie, os quais devem ser identificados alfabeticamente; em qualquer caso, porém, a seqüência numérica do protocolo tem de ser única.
- 4 A fim de propiciar clareza para o documento lançado no registro integral de títulos, o oficial poderá, mediante autorização do juiz de registros públicos, corrigir erros materiais que não afetem a essência do documento; periodicamente, o oficial deverá colher a assinatura da autoridade judicial ao pé de cada registro, onde já deverá estar a firma do próprio registrador.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.

Soraia firmou contrato de *leasing* com a empresa Veraz Arrendamento Mercantil S.A., para a aquisição de um automóvel, o qual foi objeto de alienação fiduciária em garantia. O contrato não foi levado ao registro de títulos e documentos. Antes do pagamento do valor residual que poderia dar a Soraia a propriedade do bem, ela foi alvo de ação de execução ajuizada por um outro credor. Neste processo, a pedido do exequente, o juiz decretou a penhora do automóvel em poder da executada.

Nessa situação, de acordo com a interpretação atual aplicável a esse negócio, agiu corretamente o juiz.

QUESTÃO 32

No respeitante ao registro de imóveis na LRP, julgue os itens abaixo.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

Abraão apresentou a Benito, oficial de registro de imóveis, uma escritura pública de compra e venda de um prédio urbano, solicitando que o ato fosse registrado e salientando que o registro era-lhe fundamental para assegurar direito de preferência. Porém, já no exame inicial do documento, feito por Benito, este verificou que havia diversas pendências administrativas e tributárias a serem sanadas antes de o registro poder ser efetuado. Em consequência, Benito devolveu a escritura a Abraão sem realizar nenhuma espécie de apontamento dela e orientou-o para o cumprimento das exigências.

Nessa situação, Benito agiu erradamente, pois, independentemente das exigências, a escritura deveria ter sido apontada no livro de protocolo do serviço registral.

2 Considere a seguinte situação hipotética.

No mês de julho deste ano, Heitor e Jarbas apresentaram, cada um, para registro, uma escritura de compra e venda do mesmo imóvel, o que fizeram, respectivamente, no dia 2 e no dia 3. Ambas as escrituras foram prenotadas, mas, como havia certas exigências legais a cumprir, os dois apresentantes tiveram de aguardar antes de se completar o registro. Satisfeitas as exigências, Heitor retornou ao registro imobiliário no dia 13 de julho, e Jarbas, no dia 10, ambos apresentando os documentos necessários ao registro.

Nessa situação, após o cumprimento das exigências, a precedência de direitos sobre o imóvel será de Heitor e os efeitos do registro de seu título retroagirão ao dia 2.

3 Considere a seguinte situação hipotética.

Uma casa situava-se na circunscrição do registro de imóveis A, onde foi matriculado. Posteriormente, dito imóvel passou a pertencer à circunscrição do registro de imóveis B. Nesta época, isto é, depois da mudança de circunscrição, a casa mudou de numeração no logradouro onde se situava.

Nessa situação, a averbação da nova numeração deverá fazer-se no registro de imóveis A.

4 O art. 167 da LRP estatui que no registro de imóveis far-se-ão o registro e a averbação de certos atos, como a extinção de ônus e direitos reais, a mudança de denominação e numeração dos prédios, as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis, os nomes dos logradouros decretados pelo poder público e outros; no regime da lei, não pode haver averbação de outros atos senão os expressa e taxativamente arrolados no mencionado artigo.

5 A despeito da intensa atividade legislativa do país, ainda subsiste vigente o chamado Registro Torrens, que, entre outras características, possui estas: aplica-se exclusivamente a imóveis rurais; o requerente deve ser o proprietário do imóvel; o imóvel pode estar sujeito a ônus real, caso em que o beneficiário do ônus deve manifestar concordância com o registro; o procedimento para registro tem feição administrativa, embora tramite sob a condução de autoridade judicial.

QUESTÃO 33

Com referência à LSNR, julgue os itens a seguir.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

Pablo, portenho domiciliado em Buenos Aires, Argentina, compareceu perante um notário com a finalidade de que este formalizasse determinadas declarações que aquele pretendia fazer. Pablo desejava levar essa escritura para a Argentina e, por coincidência, o notário era fluente no idioma espanhol.

Nessa situação, não podia o notário lavrar o ato em espanhol, mesmo dando a fé de seu ofício.

2 Se a parte interessada na formalização de determinado ato for representada por advogado munido de procuração lavrada em instrumento particular, esta dispensará o reconhecimento da firma do outorgante, conforme o que atualmente prevê a legislação processual.

3 Considere a seguinte situação hipotética.

Temístocles residia em Goiânia – GO e desejava que lhe fosse lavrado testamento público, para evitar litígios entre os filhos que possuía, os quais tinham domicílio em Brasília – DF. Para esse fim, Temístocles convidou um tabelião de notas seu conhecido, com delegação na capital federal, para ir até Goiânia, a expensas do interessado, com a finalidade de lavrar o documento.

Nessa situação, mesmo tendo em conta o local onde o testamento devia produzir efeitos, não podia o tabelião aquiescer à solicitação de Temístocles.

4 Após apresentado título para protesto, a qualquer momento o apresentante tem a faculdade de manifestar desistência de sua pretensão, tendo o tabelião o dever de acatar o pedido, ainda que já lavrado o protesto.

5 Se um tabelião resolver naturalizar-se colombiano, após preencher os requisitos da legislação da Colômbia, estará, só por isso, impedido de manter sua delegação para o serviço notarial.

QUESTÃO 34

Ainda no que respeita ao sistema da LSNR, julgue os seguintes itens.

- 1 O tabelião ou notário é livre para contratar quantos escreventes e auxiliares considere necessário para seu serviço, com os quais pode livremente ajustar a respectiva remuneração; entre aqueles, o oficial poderá selecionar quantos substitutos queira, desde que os indique ao juiz competente; esses substitutos poderão praticar todos os atos da competência do oficial, ainda que este não se encontre ausente.
- 2 Se dois indivíduos pretendem que se lavre escritura pública de compra e venda de um imóvel na cidade de Taguatinga – DF, onde fica o imóvel e onde eles têm domicílio, não poderão procurar o tabelionato de notas de nenhuma outra cidade para o ato, sob pena de anulabilidade.
- 3 A despeito de determinados aspectos de direito público existentes na atividade dos notários e tabeliões e na de seus escreventes e auxiliares, o ramo competente do Poder Judiciário para julgar os litígios decorrentes da relação profissional entre estes e aqueles é a justiça do trabalho, de acordo com o entendimento majoritário atual.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.

Lei de um estado da Federação permitiu a delegação a notário independentemente de concurso público. Com base nessa norma, Tomás recebeu a outorga relativa a um serviço notarial e passou a prestá-lo. Posteriormente, o STF declarou inconstitucional essa norma, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, sem restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade. A partir do julgamento, o estado declarou a nulidade da outorga concedida a Tomás, afastou-o do serviço notarial e abriu concurso para a delegação.

Nessa situação, agiu erradamente o estado, pois o notário, uma vez investido, não poderia, nos termos da LSNR, ser afastado compulsoriamente do serviço por eventual falha imputável ao poder público, bem como por conta da proteção constitucional ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.

- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
- Aldo era escrevente autorizado do serviço notarial cujo titular era Hermes e o primeiro, ao lavrar determinada escritura, cometeu erros que causaram dano a Neto, um usuário do serviço. Este, então, ajuizou ação em face de Hermes, que, no entanto, provou haver transmitido a Aldo todas as instruções e ter-lhe dado todas as condições necessárias ao bom desempenho do trabalho notarial.

Nessa situação, à luz da LSNR e do entendimento acerca da responsabilidade civil dos notários e tabeliões, o juiz deveria condenar Hermes a indenizar Neto, podendo aquele ter direito de regresso contra Aldo, se tivesse havido dolo ou culpa deste.

QUESTÃO 35

Com a edição da Lei n.º 9.492, de 10 de setembro de 1997, os procedimentos relativos ao tabelião de protesto de títulos receberam regulamentação pormenorizada. O art. 11 da Lei n.º 8.935/1994, com seus incisos e parágrafo único, desse modo, passou a constituir normas gerais, cuja leitura deve ser cotejada com os comentários a todos os artigos da mencionada Lei n.º 9.492/1997.

Walter Ceneviva. *Lei dos notários e dos registradores comentada*. 2.ª ed., ampl. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 57 (com adaptações).

No que diz respeito à Lei de Protesto de Títulos (LPT — Lei n.º 9.492/1997), julgue os itens que se seguem.

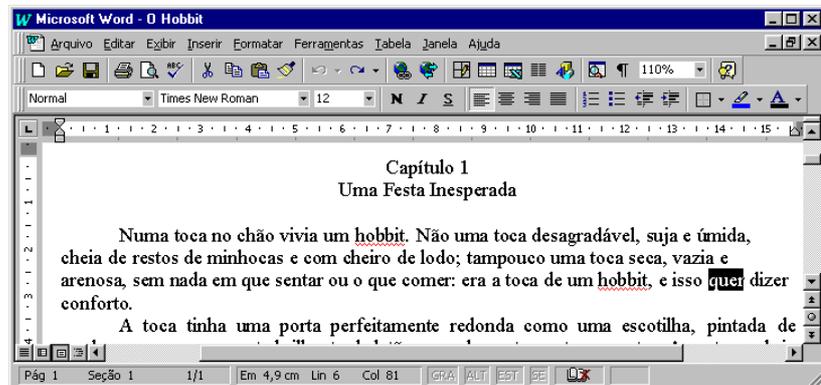
- 1 A partir da vigência da Lei n.º 8.935/1994 e, sobretudo, com a vigência da Lei n.º 9.492/1997, todo e qualquer protesto passou a ser competência privativa dos tabeliões nisto especializados.
- 2 Embora o apontamento do título deva realizar-se, como regra, de forma imediata, é juridicamente possível que o tabelionato de protesto envie, antes da protocolização do título, intimação para que o devedor o pague ou aceite, conforme o caso, a fim de evitar maiores custos e sobretudo as graves conseqüências jurídicas que podem advir do protesto, tais como o pedido de falência do devedor comerciante.
- 3 O pagamento do título apontado para protesto deve ser feito diretamente no tabelionato onde ele se encontra; ao valor do título podem ser acrescidos apenas emolumentos e outras despesas; não é só o pagamento em moeda corrente que pode gerar quitação plena em favor do devedor.
- 4 O protesto pode ser registrado tanto em razão do descumprimento de obrigação de fazer quanto pelo inadimplemento de obrigação de dar; por outro lado, somente se admite a lavratura de protesto com base em título formal, ou seja, não pode haver protesto por dívida pactuada apenas verbalmente.
- 5 A apresentação do título ao tabelião de protestos pode ser feita por qualquer pessoa, mesmo que não seja o próprio credor ou procurador seu e independentemente de credenciamento do titular do direito não-honorado; todavia, outros atos relacionados aos títulos que tramitam pelo tabelionato podem depender de manifestação pessoal do credor, a exemplo da sustação e do cancelamento do protesto; por outro lado, nem sempre o título apresentado para protesto estará sujeito a distribuição.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Nas questões de 36 a 40, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destros. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e *hardware* utilizados.

Texto CI-I – questões 36 e 37

A figura a seguir mostra uma janela do Word 97 com parte de um texto digitado por um usuário que o copiou de um livro.



QUESTÃO 36

Com relação à figura mostrada no texto CI-I e ao Word 97, julgue os itens a seguir.

- 1 Caso o usuário deseje fazer que todas as letras do trecho “Uma Festa Inesperada”, no título, sejam formatadas como letras maiúsculas, ele poderá fazê-lo com sucesso selecionando esse trecho e clicando em .
- 2 Caso o usuário aplique um clique duplo em um local qualquer da Barra de título que não contenha ícones ou botões, a janela será maximizada, e, caso ele aplique, novamente, um clique duplo em um local da Barra de título com essas mesmas características, a janela retornará ao tamanho que tinha antes do primeiro clique duplo.
- 3 Caso o usuário selecione a palavra “vivia” e clique no botão , a referida palavra será sublinhada, e, caso o usuário, em seguida, clique no botão , o sublinhado será removido, e será aplicado itálico a essa mesma palavra.
- 4 Caso o usuário deseje fechar o Word 97, salvando automaticamente as alterações efetuadas no documento, ele poderá fazê-lo com sucesso clicando no botão .
- 5 Caso o usuário deseje copiar o título “Uma Festa Inesperada” para a Área de transferência, ele poderá fazê-lo com sucesso por meio do seguinte procedimento: selecionar o referido trecho; pressionar a tecla **S** e, mantendo-a pressionada, teclar **C**, liberando, em seguida, a tecla **S**.

QUESTÃO 37

Ainda com relação à figura mostrada no texto CI-I e ao Word 97, julgue os itens seguintes.

- 1 Caso o usuário selecione a palavra “conforto” e clique no botão , aparecerá a caixa de diálogo Fonte, que permitirá ao usuário alterar a fonte usada no parágrafo.
- 2 Caso o usuário clique no botão , aparecerá uma caixa de diálogo denominada Ferramenta antivírus, que permitirá ao usuário detectar diversos tipos de vírus de computador que possam estar infectando o arquivo que está sendo visualizado.
- 3 Caso o usuário clique no menu **Ferramentas**, aparecerá uma lista de opções, entre as quais a opção Ortografia e gramática..., que permite verificar se o documento ativo possui erros de grafia.
- 4 Considerando que o tamanho da fonte usada na palavra “conforto” seja 12, caso o usuário deseje alterar esse tamanho da fonte para o tamanho 14, ele poderá fazê-lo com sucesso por meio da seguinte sequência de ações: aplicar um duplo clique entre duas letras quaisquer dessa palavra; na caixa , alterar o número para 14.
- 5 Caso o usuário clique no botão , será aberta a caixa de diálogo Salvar como, que permite salvar com outro nome uma cópia do arquivo mostrado.

QUESTÃO 38

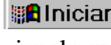
	A	B	C	D	E	F
1						
2	Equipamento	Preço Unitário (Reais)	Quantidade	Preço Total (Reais)		
3	Computadores	1500	4	6000		
4	Mesas	200	5	1000		
5	Impressoras	400	3	1200		
6						
7						
8						

A figura acima mostra uma janela do Excel 97 com uma planilha elaborada por um empregado de determinada organização, contendo dados acerca de equipamentos e móveis que estão sendo comprados para a sua seção. Com relação a essa planilha e ao Excel 97, julgue os itens a seguir.

- 1 Caso a célula D5 estivesse vazia, e o empregado desejasse calcular o preço total gasto com as três impressoras especificadas na tabela, colocando esse preço na referida célula, ele poderia fazê-lo com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: clicar na célula D5; digitar $=B5*C5$ e, em seguida, teclar **<<** .
- 2 Caso o empregado desejasse calcular o valor total gasto em todos os itens mostrados na planilha, colocando o resultado na célula D6, ele poderia fazê-lo com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: clicar na célula D6; digitar $=SOMA(D3:D5)$ e, em seguida, teclar **<<** .
- 3 Caso o empregado clique na célula D3 e clique, em seguida, no botão , aparecerá o símbolo R\$ à esquerda da quantidade contida nessa célula. Caso o empregado clique em , aparecerá uma caixa de diálogo denominada Moedas internacionais, contendo uma lista de moedas internacionais, que permitirá ao empregado aplicar ao valor desejado o formato de uma determinada moeda internacional.
- 4 Caso o empregado clique na célula B5 e clique, em seguida, apenas uma vez no botão , o conteúdo da célula B5, 400, passará a ser exibido como 400,00.
- 5 Caso o empregado clique na célula C2 e, em seguida, clique no botão , o conteúdo dessa célula será centralizado. Caso o empregado clique, em seguida, no botão  e depois clique na célula C3, o conteúdo da célula C3 também será centralizado.

QUESTÃO 39



Ao clicar, sucessivamente, em , Configurações e Painel de Controle, um usuário obteve a janela mostrada na figura acima. A partir dos objetos dessa janela, o usuário pode realizar configurações de diversos recursos de *hardware* e de *software* relacionados ao Windows 98 e ao seu computador. Acerca dessas configurações e com base na figura apresentada, julgue os itens abaixo.

- 1 O objeto  **Adicionar novo hardware** permite que o usuário instale o *software* adequado para um novo dispositivo de *hardware* que será conectado ao seu computador, tais como uma nova impressora, um novo *winchester*, um novo *mouse* ou um novo *scanner*.
- 2 A partir do ícone  **Adicionar ou remover pr...**, é possível que o usuário instale ou desinstale em seu computador componentes de *software* do Windows 98. Entre os componentes que podem ser instalados, encontram-se *softwares* de *backup*, de gerência de rede e gerência de mensagens *pop-up* em uma determinada rede, de medição de recursos e de desempenho de sistema.
- 3 A partir do ícone  **Gerenciamento de energia**, o usuário poderá configurar esquemas de consumo de energia para o seu computador. Assim, caso o usuário deseje que o monitor seja desativado automaticamente após um determinado período de inatividade do computador, ele poderá fazê-lo com sucesso por intermédio do objeto relacionado ao ícone  **Gerenciamento de energia**. Por meio desse ícone, o usuário poderá ainda configurar o seu computador para que este desligue automaticamente os discos rígidos após um período de inatividade especificado.
- 4 Entre os objetos mostrados na figura acima, existe um elemento que permite ao usuário ativar ou desativar recursos de compartilhamento de arquivos e impressoras de seu computador. A partir desses recursos, pode-se otimizar o uso de determinados componentes de *hardware* e de *software* do computador do usuário, caso este faça parte de uma rede de computadores: os computadores dessa rede que compartilharem arquivos e impressoras do computador do usuário poderão utilizá-los por meio da rede estabelecida entre eles.
- 5 Entre os objetos mostrados na figura acima, existe um elemento que permite ao usuário selecionar um padrão que deseja usar na sua área de trabalho ou criar um novo padrão.

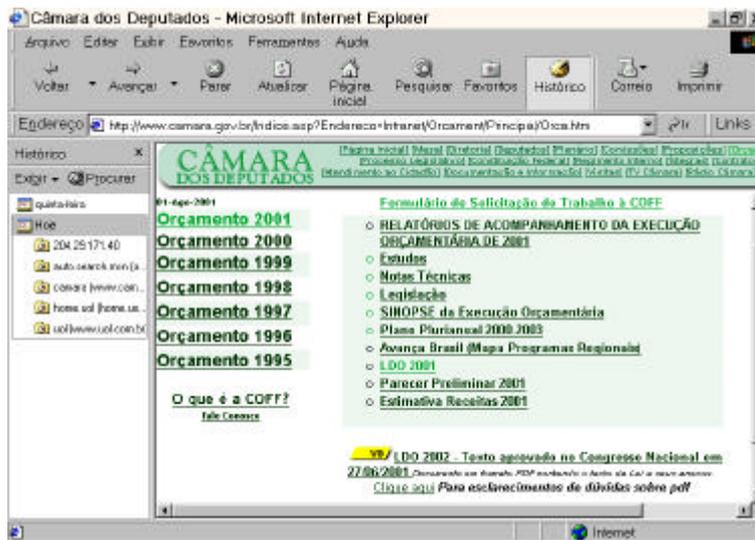


Figura I



Figura II

Um usuário, desejando realizar uma pesquisa acerca da evolução do orçamento da União, acessou o *site* da Câmara dos Deputados por meio do Internet Explorer 5 e, após algumas operações, obteve a página ilustrada na figura I acima. O acesso que permitiu a esse usuário acessar a página mostrada foi realizado por meio de uma rede *dial-up*, utilizando-se um provedor de Internet, cujo controle da operação está mostrado na figura II. Acerca da Internet, do Internet Explorer 5, do Windows 98 e com base nas figuras mostradas, julgue os itens seguintes.

- 1 Caso o usuário desejasse enviar as informações acessíveis por meio do *hyperlink* associado a **Orçamento 2000** a um destinatário qualquer, utilizando recursos de correio eletrônico, ele poderia fazê-lo com sucesso mediante a seguinte seqüência de ações: clicar com o botão esquerdo do *mouse* em  **Correio**; mantendo o botão do *mouse* pressionado, arrastar  **Correio** até que ele se posicione sobre o *hyperlink* **Orçamento 2000**; liberar o botão do *mouse*. Essa seqüência permitirá que uma janela de diálogo seja aberta e que informações relacionadas ao destinatário e às modalidades de envio sejam fornecidas para que o *software* de correio eletrônico instalado no computador do usuário possa enviar corretamente as informações desejadas.
- 2 A partir da situação mostrada nas figuras, caso o usuário clicasse em  **Página inicial**, a primeira página do *site* da Câmara dos Deputados, ou seja, o URL <http://www.camara.gov.br>, seria acessada pelo Internet Explorer 5.
- 3 O acesso à Internet descrito acima foi realizado utilizando-se uma placa *fax/modem* com capacidade de transmissão superior a 16 kbps.
- 4 A partir da figura I, caso o usuário clicasse em  **Avançar**, ele obterá uma página relacionada ao *site*  **home.uol**.
- 5 Caso o usuário clique em  **Parar**, a conexão com o provedor, via rede *dial-up*, será interrompida, ou seja, a ligação telefônica será desfeita, e, caso o usuário deseje acessar uma outra página WWW, será necessário que a conexão ao provedor seja novamente realizada.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto LP-I – questões de 41 a 44

1 A maioria dos leitores já foi a um cartório reconhecer firma.
2 Confirmar se a assinatura no papel, no contrato ou na procuração é
3 verdadeira. O problema surge quando a assinatura não é no papel.
4 É no computador. É virtual. Quem vai assegurar a veracidade da
5 assinatura digital? No Brasil, o poder público decide quem dá fé
6 pública aos compromissos assinados. Cabe ao Congresso legislar
7 e decidir quem pode certificar, reconhecer a firma digital.
8 O Congresso está agora apreciando os anteprojetos. A batalha
9 começa. Os interesses dos cidadãos, dos cartórios e das empresas
10 candidatas à certificação se chocam. A nova lei vai interferir no dia-
11 a-dia de todos. Quem ficará com um negócio de milhões de dólares?
12 A certificação digital é fundamental para a segurança de transações
13 bancárias, de aplicações nas bolsas, de contratos fechados via
14 e-mail e de milhares de atestados, certidões e declarações, sem os
15 quais não somos cidadãos.

16 A Comissão de Informática da OAB – SP apresentou um
17 projeto de lei que, para as certificações públicas — entre nós e o
18 Estado —, segue o atual Código de Processo Civil para o
19 reconhecimento de firma. Mas inova fundamentalmente para as
20 certificações privadas — dos cidadãos entre si ou deles com
21 empresas e sindicatos. Desestatiza, descentraliza e privatiza a
22 certificação nas relações privadas. Em vez de apenas cartórios
23 oficiais, permite a criação de múltiplas empresas de certificação
24 eletrônica. Aqui começa a batalha maior. Os atuais cartórios não
25 querem abrir mão do privilégio que têm hoje: serem únicos.

26 A proposta da OAB – SP estimula a competição entre as
27 futuras empresas certificadoras, possibilitando um serviço melhor,
28 com menor custo e maior credibilidade. A empresa certificadora
29 seria legalmente responsabilizada se a certificação fosse incorreta.
30 Teria de indenizar danos causados. Pior, perderia credibilidade e
31 clientes. Esse modelo competitivo encontra duas fortes resistências:
32 a dos cartórios e a de certas empresas candidatas. Estas defendem
33 a implementação, pelo Congresso, de uma agência superior que
34 permita certificações seguindo o sistema de pirâmide, adotado e
35 defendido pela empresa VeriSign, detentora de tecnologia e de
36 sistema de certificação de nível internacional. Aí mora o perigo do
37 monopólio. Pouquíssimas empresas poderão ser certificadoras, pois
38 os investimentos tecnológicos necessários serão altíssimos. Para
39 uma empresa certificar alguém, deve também ser certificada por
40 outra. E assim por diante, até chegar ao topo da pirâmide, onde
41 estaria a norte-americana VeriSign. Ela se transformaria, então, no
42 maior cartório do mundo. Se esse sistema de pirâmide for aprovado,
43 todos os documentos digitais serão certificados direta ou
44 indiretamente pela própria VeriSign.

45 Na disputa entre o projeto da OAB – SP e o sistema de
46 pirâmide, surgem duas questões cruciais. Primeiro, trata-se de saber
47 se queremos que a regulamentação da Internet adote padrões
48 monopolistas. A segunda questão, mais estratégica, refere-se aos
49 interesses do Brasil. A VeriSign, com sede nos EUA, teria acesso
50 eletrônico imediato aos dados pessoais dos brasileiros que
51 solicitassem certificação aqui, no Brasil. A VeriSign é uma empresa
52 responsável e idônea. Porém, como qualquer empresa, ela não está
53 isenta de acidentes, vazamentos, pirataria e ações irresponsáveis que
54 possam comprometer a privacidade e o sigilo entre indivíduos,
55 empresas e países. Sobretudo, países que competem entre si. Se
56 informações preciosas para as empresas brasileiras e para o próprio
57 país vazarem aqui, o fato é grave. Mas é muito mais grave se
58 vazarem lá. Sem falar que esse problema estaria regulado, em última
59 instância, pela lei americana, e não pela brasileira. Deve o Brasil
60 correr esse risco? Deve adotar o sistema de pirâmide, por maiores
61 e mais sinceras que sejam as garantias oferecidas? O Congresso
62 decidirá.

QUESTÃO 41

Em relação às idéias do texto LP-I, julgue os itens abaixo.

- 1 A competição é um argumento favorável em relação à proposta da OAB – SP, pois possibilitaria serviço de melhor qualidade, com menor custo e com maior credibilidade.
- 2 O sistema em pirâmide tem como um dos argumentos favoráveis à sua implantação os altos investimentos necessários em tecnologia.
- 3 Na proposta da OAB – SP, a empresa certificadora teria responsabilidade por indenizar danos causados por certificações incorretas.
- 4 Na disputa entre os dois sistemas — o proposto pela OAB – SP e o de pirâmide —, a direção argumentativa do texto tende a enfatizar os fatores negativos do sistema de pirâmide, mostrando-se, assim, mais favorável à proposta da OAB – SP.
- 5 O sistema proposto pela OAB – SP impede a criação de novas empresas de certificação eletrônica para as relações privadas e fortalece os atuais cartórios oficiais.

QUESTÃO 42

Quanto às idéias e aos elementos estruturadores do texto LP-I, julgue os itens a seguir.

- 1 Ao se unir os dois primeiros períodos do texto por meio da expressão **ou seja** entre vírgulas, grafando-se a forma verbal “Confirmar” (R.2) com inicial minúscula, altera-se o sentido do texto, prejudicando sua estrutura sintática.
- 2 É correto reescrever o trecho “O problema (...) virtual” (R.3-4) como **O problema surge quando a assinatura não é no papel, mas no computador, isto é, virtual**.
- 3 Trata-se de texto do gênero artigo de opinião, em que frases nominais e expressões do tipo: “A batalha começa” (R.8-9) e “Aí mora o perigo do monopólio” (R.36-37) conferem um certo grau de informalidade aceitável nesse gênero de texto, mas atípico em um relatório ou parecer oficial.
- 4 A expressão “negócio de milhões de dólares” (R.11) refere-se ao fornecimento de tecnologia e equipamentos para a certificação de fé pública em documentos assinados de forma digital.
- 5 A utilização de formas no plural, como “somos” (R.15), “nós” (R.17) e “queremos” (R.47), indica que o autor do texto está representando os interesses de uma entidade citada no texto.

QUESTÃO 43

Ainda quanto aos elementos estruturadores do texto LP-I, julgue os itens que se seguem.

- 1 As formas verbais “segue” (R.18), “inova” (R.19), “Desestatiza” (R.21) e “permite” (R.23) têm sujeitos diferentes.
- 2 Na linha 19, o ponto final após “firma” pode ser substituído por vírgula, desde que a conjunção seguinte, “Mas”, seja grafada com inicial minúscula.
- 3 Em “a dos cartórios e a de certas empresas candidatas” (R.32), as duas ocorrências de “a” são preposições exigidas pela elipse da palavra **resistência**.
- 4 Na expressão “agência superior” (R.33), a palavra “superior” está sendo utilizada com relação à qualidade dos serviços prestados.
- 5 Na linha 41, o uso do futuro do pretérito em “estaria” e “se transformaria” pode, sem alteração do sentido do período, ser substituído pelas formas do futuro simples.

Texto LP-II

1 O tema da certificação eletrônica tem provocado inúmeras
 2 inquietações em âmbito nacional. Aliás, o tema reconhecimento
 3 de firmas sempre inspira facções extremistas. Seja por projetos de
 4 lei que propõem sua completa extinção, seja em virtude daqueles
 5 que querem estender a fé pública notarial a entidades privadas,
 6 funcionários públicos, delegados de polícia etc. Como, em última
 7 análise, a certificação eletrônica é o reconhecimento de firmas na
 8 Internet, muito natural e saudável que o tema seja amplamente
 9 debatido. O ponto central da discussão é: quem poderá
 10 certificar as pessoas na Internet? Em nossa opinião, todos aqueles
 11 que contarem com confiabilidade e tecnologia para fazê-lo.
 12 É necessário esclarecer que na Internet, assim como em
 13 documentos no papel, não será necessário reconhecer todas as
 14 assinaturas em cartórios. Ora, os bancos e o comércio já vêm
 15 operando há muitos anos com sua própria certificação. Entretanto,
 16 quando necessitam hipotecar um imóvel, outorgar uma
 17 procuração ou dar publicidade a um negócio, usufruem dos
 18 serviços notariais e registrais. Por quê? Porque necessitam de uma
 19 segurança adicional que é provida por um terceiro neutro,
 20 imparcial e com fé pública. O modelo que advogamos para a
 21 Internet é análogo ao de documentos em papel, que é adotado na
 22 grande maioria dos países desenvolvidos, onde o poder público
 delega aos notários a fé pública, exigindo-lhes que alguns
 requisitos técnicos sejam cumpridos e fiscalizando seus atos.

Ângelo Volpi Neto. Os “cartórios” do mundo. Boletim Eletrônico
 IRIB/ANOREG-SP, n.º 331, São Paulo, 29/6/2001. Internet:
 <http://www.irib.org.br/ultimas/fr_noti.htm>. Acesso em 2/8/2001 (com adaptações).

Em relação aos textos LP-I e LP-II, julgue os itens seguintes.

- 1 Os argumentos apresentados em ambos os textos conduzem igualmente à idéia de que os cartórios atuais são insuficientes e que devem ser criados novos responsáveis, além desses cartórios oficiais, para a certificação de assinaturas via Internet.
- 2 Os termos “certificação digital” (R.12 do texto LP-I) e “certificação eletrônica” (R.23-24 do texto LP-I e R.1 do texto LP-II) estão sendo utilizados como sinônimos e podem ser permutados sem prejuízo ou alteração do sentido textual.
- 3 No texto LP-II, o termo “provida” (R.19) está sendo utilizado no sentido de **proveniente**, já que a origem da “segurança” (R.19) é o “terceiro neutro, imparcial e com fé pública” (R.19-20).
- 4 No texto LP-II, o termo “exigindo-lhes” (R.23) corresponde a **exigindo desses notários** ou **exigindo deles**, uma vez que o verbo **exigir** está sendo utilizado como transitivo direto e indireto.
- 5 No texto LP-II, a expressão “que alguns requisitos técnicos sejam cumpridos” (R.23-24) poderia, sem prejudicar o sentido e a correção do período, ser redigida como **o cumprimento de alguns requisitos técnicos**.

1 Atualmente, cerca de 80% dos documentos que
 2 transitam em cartórios do Brasil não têm previsão legal de
 3 obrigatoriedade de reconhecimento de firma nem de
 4 autenticação. No entanto, por que a população, inclusive os
 5 advogados, continuam a fazê-lo? Simplesmente porque essa é
 6 a forma mais barata e segura de garantir a identidade de
 7 alguém por meio de uma assinatura. É tão natural como
 8 trancar o carro e a casa com as chaves, mesmo não sendo
 9 obrigatório por lei. Por outro lado, os bancos, por exemplo,
 10 não exigem que seus clientes reconheçam firma em cheques,
 11 já que eles mesmos o fazem mediante comparação com a
 12 assinatura de clientes em seus arquivos. E assim ocorre com
 13 milhares de documentos assinados. Ou seja, não há a
 14 obrigação legal de reconhecimento de firma, porque os
 15 receptores desses documentos assim o desejam ou
 16 presenciaram o autor subscrevendo o ato.

Idem, ibidem, (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos ao texto acima.

- 1 A expressão “que transitam em cartórios do Brasil” (R.1-2) poderia vir entre vírgulas, sem que houvesse alteração do sentido do período.
- 2 Os termos “por que” (R.4) e “porque” (R.5) exercem a mesma função sintática.
- 3 Em “fazê-lo” (R.5), o pronome enclítico é um elemento de coesão textual, pois retoma a idéia de reconhecimento de firma e autenticação.
- 4 O fragmento “eles mesmos o fazem” (R.11) poderia ser redigido, sem prejuízo para a correção sintática do período, como **eles mesmos fazem isso**.
- 5 Com enfoque em sua idéia central, o texto pode ser assim resumido: **Embora não exista obrigatoriedade de reconhecimento de firma nem de autenticação da maioria dos documentos que circulam nos cartórios do Brasil, muitas pessoas continuam a certificá-los oficialmente porque é a forma mais barata e segura de garantia. Há casos, como o dos bancos, em que as circunstâncias dispensam o reconhecimento de firma.**

QUESTÃO 46

Os fragmentos abaixo constituem um texto, mas estão ordenados aleatoriamente.

- I Tal operação é legal, explica o diretor de Novas Tecnologias do Colégio Notarial do Brasil, Ângelo Volpi. “A justiça brasileira reconhece a assinatura eletrônica (senha usada na Internet para substituir a assinatura manuscrita) como oficial”.
- II Mas, agora, o Colégio Notarial do Brasil, entidade à qual pertencem controladores de tabeliães brasileiros, aponta uma solução para o problema: os cartórios virtuais.
- III Essa é uma novidade que surge ainda este ano no país para tornar mais ágeis os serviços prestados pelos cartórios. Pela Internet, será possível que o cidadão entre em contato com o cartório onde mantém registro e peça que envie diretamente ao destinatário documentos autenticados ou firmas reconhecidas.
- IV Os cartórios, uma das instituições mais marcantes do sistema burocrático brasileiro, são locais onde a espera pelo atendimento se tornou comum e, mesmo com os avanços da informática, ainda se perde muito tempo.
- V Ele explica também que, no futuro, quase todas as operações feitas em cartório poderão ser executadas eletronicamente. Porém, testamentos e vendas de imóveis continuarão a ser feitos apenas no cartório, com a presença física dos envolvidos e testemunhas, pois ambas as operações dependem da livre iniciativa dos participantes da transação.

Itens adaptados de **Cartório virtual pode acabar com as filas de espera**. Boletim Eletrônico IRIB/ANOREG-SP, n.º 321. São Paulo, 7/6/2001 (Fonte: **Diário da Tarde**, 4/6/2001). Internet: <http://www.irib.org.br/ultimas/fr_noti.htm>. Acesso em 2/8/2001.

Considerando que a estruturação coesa de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, julgue os itens que se seguem.

- 1 O fragmento IV, por ser uma afirmação introdutória sem referências explícitas a antecedentes, deve iniciar o texto.
- 2 O fragmento I deve ser seqüencial ao fragmento III, pois a expressão “Tal operação” refere-se ao fato de o cidadão poder entrar em contato com o cartório e solicitar o envio de documentos.
- 3 O pronome “Ele”, que inicia o fragmento V, faz referência ao “Colégio Notarial do Brasil”, citado no fragmento II.
- 4 Como a expressão “Essa é uma novidade”, no fragmento III, diz respeito a “cartórios virtuais”, do fragmento II, a seqüência II – III está coerente e coesa.
- 5 O fragmento II deve ser subseqüente ao fragmento IV porque a conjunção “Mas” estabelece laço coesivo em oposição às informações acerca da perda de tempo nos cartórios.

QUESTÃO 47

Julgue os itens abaixo quanto à norma culta escrita.

- 1 Na nova sociedade da informação, a criptografia tem demonstrado imprescindível utilidade para a proteção da transmissão e do armazenamento de informações e para a segurança de sistemas computadorizados.
- 2 Em princípio, todas as formas de cifrar e decifrar uma mensagem utilizavam uma mesma chave, para ambas as funções. Um exemplo milenar desse tipo de criptografia é o chamado “cifrado de César”: para cifrar um texto, cada letra era substituída pela terceira letra seguinte no alfabeto; para decifrar, utilizava-se a mesma chave — três —, com uma função inversa: recuar letras no alfabeto.
- 3 Nos nossos dias, esses cifrados são realizados mediante complexas fórmulas matemáticas, mas seguem o mesmo princípio: para cifrar, usa-se uma função matemática que tem como variáveis a mensagem original e a chave, resultando na mensagem cifrada; para decifrar, emprega-se uma função inversa, que tem como variáveis a mensagem cifrada e a mesma chave utilizada para cifrar, o que retorna à mensagem original.
- 4 Esta forma de cifrar é chamada de criptografia simétrica. Uma dificuldade que sempre existiu na utilização da criptografia simétrica é a necessidade de combinar previamente os interlocutores qual será a chave, precisando, para isso, de um primeiro canal seguro de comunicação, imune a interceptação por terceiros.
- 5 Para contornar esta dificuldade, há tempos já se perseguia uma forma de criptografar a mensagem sem ter que compartilhar a chave secreta com o interlocutor; ou seja, uma forma de codificação que utilizasse duas chaves, uma para cifrar — a chave pública —, e outra para decifrar — a chave privada. Distribuídas livremente a chave pública, qualquer um pode cifrar a mensagem dirigida ao titular da chave privada, mas só este poderá decifrá-las.

Itens adaptados de Augusto Marcacini e Marcos da Costa. **Criptografia assimétrica — A falácia da “neutralidade” na assinatura digital**. Boletim Eletrônico IRIB/ANOREG-SP, n.º 325. São Paulo, 20/6/2001. Internet: <http://www.irib.org.br/ultimas/fr_noti.htm>. Acesso em 2/8/2001.

QUESTÃO 48

Os itens seguintes compõem um texto que foi transcrito com algumas alterações. Julgue-os quanto à correção gramatical.

- 1 A assinatura digital, no caso de criptografia assimétrica, é produzida cifrando-se a mensagem com a chave privada, de modo a poder ser conferida com a chave pública; isto é, se a chave pública decifrar a mensagem, isto significa que ela provem daquele que detem a chave privada.
- 2 Registros eletrônicos são facilmente alteráveis, daí a dificuldade inicial em aceitá-los como prova documental. A única maneira de evitar de que sejam adulterados é criptografá-los.
- 3 Se o documento eletrônico não for de modo algum cifrado, poderá ser fraudado. Por sua vez, se utilizada a mesma chave para cifrar e decifrar — criptografia simétrica, portanto —, não se consegue demonstrar a autoria do documento eletrônico, porque ambos os interlocutores conhecem a chave secreta, podendo, tanto um como o outro, ter gerado aquele registro cifrado.
- 4 A criptografia assimétrica é um modelo, um conceito, que pode ser implementado de maneiras — ou tecnologias — diferentes, e sobre cujo tem suas bases em teorias matemáticas longamente experimentadas e desenvolvidas.
- 5 Algumas “tecnologias” que se esboçam como “alternativa” à criptografia assimétrica ou distorcem a essência do conceito de documento, ou mitificam técnicas que não são apropriadas para gerar assinaturas.

Idem, ibidem.

QUESTÃO 49

Quanto ao uso dos sinais de pontuação, julgue os itens abaixo.

- 1 Enviar o documento para uma terceira pessoa, que ficaria encarregada de receber, por meio de alguma “nova tecnologia”, a aprovação do outro interlocutor; como alguns já chegaram a propor, é uma idéia que mesmo realizada de modo seguro e por um terceiro confiável, não pode ser comparada à prova documental.
- 2 Nenhum registro inalterável é produzido nesta relação; que possa ser assemelhado ao papel firmado com assinatura manual. Isto, na verdade poderia ser equiparado a uma prova testemunhal, que consiste na afirmação do terceiro de que “presenciou” o contato entre as partes. Ou seja, uma prova bastante frágil.
- 3 Dados biométricos são poderosos e úteis, mas eles não são chaves. Eles são úteis em situações em que há um caminho confiável entre o leitor e o verificador; nesses casos tudo o que você precisa é um identificador único. Eles não são úteis quando você precisa das características de uma chave: o sigilo, a aleatoriedade ou a habilidade de atualização e de destruição.
- 4 Contratos realizados por meio eletrônico já são plenamente válidos, perante o nosso sistema jurídico, já que os atos jurídicos não dependem de forma especial, senão quando, a lei expressamente o exigir. O problema com tais negócios, é a questão da prova da celebração destes atos jurídicos.
- 5 Se a única maneira hoje existente de se atribuir autenticidade e integridade ao documento eletrônico é por meio da criptografia assimétrica, a lei só deve prestigiar essa possibilidade, sinalizando aos contratantes, mas também aos julgadores, que somente quando, assinados por criptografia assimétrica os registros eletrônicos podem servir como prova.

Idem, ibidem.

QUESTÃO 50

Julgue os seguintes itens quanto à correção gramatical das duas possibilidades de redação apresentadas em cada um deles.

- 1 O termo certificado digital surgiu com a criptografia assimétrica, embora não seja exclusivo dela.
O termo certificado digital nasceu simultaneamente ao surgimento da criptografia assimétrica, embora não seja exclusividade dela.
- 2 A criptografia assimétrica é um conceito que recorta o universo das tecnologias digitais, separando aquelas que, na sua capacidade autenticatória, ofereçam ao identificado a possibilidade de controlar a dificuldade de forja dessa identificação.
Um conceito que divide o universo das tecnologias digitais é o da criptografia assimétrica, separando aquelas que ofereçam ao identificado a possibilidade de controle da dificuldade de forja dessa identificação.
- 3 Funcionam por meio do uso de pares de chaves tituladas, que, em sua capacidade autenticatória, ganharam o nome de mecanismos de assinatura digital.
Funcionam pelo uso de pares de chaves tituladas, que recebe, em sua capacidade de autenticar o nome de mecanismos de assinatura digital.
- 4 Uma das chaves do par é usada para lavrar marcas pessoais únicas em documentos eletrônicos — as assinaturas digitais —, e a outra usa-se para verificar a autenticidade dessas marcas.
Para produzir marcas pessoais únicas em documentos eletrônicos — as assinaturas digitais — usam-se uma das chaves do par, e a outra é usada para verificar a autenticidade de tais marcas.
- 5 A chave que verifica uma tal lavra, ao fazê-lo, identifica o assinante como autor do documento e titular do par de chaves e autentica a integridade da lavra do documento.
A chave, ao mesmo tempo que verifica a lavra, identifica o assinante como autor do documento e titular do par de chaves e autentica a integridade da lavra do documento.

Itens adaptados de Pedro Antonio Dourado de Rezende. **Totalitarismo digital**. Boletim Eletrônico IRIB/ANOREG-SP, n.º 332. São Paulo, 2/7/2001. Internet: <http://www.irib.org.br/ultimas/fr_noti.htm>. Acesso em 2/8/2001.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir, que vale **cinco** pontos, faça o que se pede, usando as páginas para rascunho do presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, nos locais apropriados, pois **não será avaliado texto escrito em local indevido**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer prova com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas **efetivamente escritas** será apenada, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

Leia o seguinte fragmento de texto.

Estamos lidando com uma questão bastante delicada, ao atribuir força probatória a registros eletrônicos. Imaginem que uma lei “tecnologicamente neutra” seja aprovada, alguém apresente com publicidade eficiente um novo sistema de assinaturas digitais, milhares de contratos sejam assim efetuados, e, meses depois, algum adolescente peralta demonstre como fraudar o sistema... Exemplos assim existem, em concreto, de rotundos fiascos tecnológicos! E pode ser ainda pior: alguém pode descobrir como fraudar o sistema e não contar aos quatro ventos, preferindo explorar a falha em seu próprio proveito, para fins evidentemente escusos. Portanto, se e quando uma nova tecnologia de assinaturas digitais for descoberta, deve ser perante o Poder Legislativo, legítimo representante da sociedade, que a discussão sobre sua oportunidade e segurança terá de ser conduzida. Afinal, não se trata da venda de videogames; está em jogo a segurança jurídica dos contratos! Do ângulo econômico, devemos ressaltar que a utilização da criptografia assimétrica é hoje algo muito barato, gratuito até, se considerarmos que os algoritmos têm uso liberado, sem reserva de direitos ou patentes, e que existem diversos softwares livres, de código aberto, que implementam eficientemente as funções de cifrado, assinatura e gerenciamento de chaves. E, aliás, por terem seu código-fonte aberto, estão sujeitos a exame por especialistas em segurança de todo o mundo, sendo certamente mais seguros que os programas de criptografia comerciais, que têm o código-fonte fechado. A “neutralidade tecnológica” da lei pode bem favorecer aqueles que, em detrimento da reconhecida segurança dessas técnicas de domínio público, pretendam alavancar seus lucros com a venda de sistemas próprios obscuros, ou “soluções tecnológicas” de eficácia não-demonstrada.

Augusto Marcacini e Marcos da Costa. **Criptografia assimétrica. A falácia da “neutralidade” na assinatura digital.** Boletim Eletrônico IRIB/ANOREG-SP, n.º 325. São Paulo, 20/6/2001 (com adaptações).

Considerando que as idéias apresentadas nos textos da prova objetiva de língua portuguesa e no fragmento acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do tema a seguir.

OS CARTÓRIOS DIANTE DA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA INFORMATIZAÇÃO.

RASCUNHO – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	